



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2025.0000357194

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1007150-24.2022.8.26.0073, da Comarca de Avaré, em que é apelante COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE ITAI PARANAPANEMA AVARÉ LTDA CERIPA, é apelado ELTON LUIZ PEDRO (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MONTE SERRAT (Presidente), PAULO ALONSO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 9 de abril de 2025

MONTE SERRAT

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Apelação nº 1007150-24.2022.8.26.0073

Comarca de Avaré (1ª Vara Cível)

Juiz: Augusto Bruno Mandelli

Apelante: Cooperativa de Eletrificação Rural de Itai Paranapanema Avaré
Ltda. - Ceripa

Apelado: Elton Luiz Pedro

Voto nº 7.471

EMENTA

Apelação – Ação de obrigação de fazer – Fornecimento de energia elétrica – Pleito de instalação do serviço em imóvel rural – Alegação da concessionária de impossibilidade de fornecimento do serviço diante da irregularidade do imóvel – Loteamento – Recusa infundada para instalação do serviço de caráter essencial básico no imóvel do autor – Posse de boa-fé demonstrada – Discussão sobre a irregularidade do loteamento que não obsta a instalação do serviço – Custos da obra a cargo da concessionária – Previsão legal – Procedência do pedido mantida – Recurso desprovido.

Trata-se de ação na qual o autor relata exercer a posse do imóvel descrito na inicial e que solicitou à ré o fornecimento de energia elétrica, mas não foi atendido. Alega que imóveis vizinhos contam com o fornecimento dos serviços, razão pela qual aguarda o atendimento do pleito.

A r. sentença (fls. 1.369/1.375) julgou procedente o pedido para condenar a ré na obrigação de fornecimento de energia elétrica no imóvel do autor, no prazo de 60 (sessenta dias), sob pena de multa diária de R\$ 300,00 (trezentos reais), até o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Em razão da sucumbência, a ré foi condenada a arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da causa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Apelação da ré (fls. 1.380/1.409) com pedido de antecipação da tutela recursal e concessão de efeito suspensivo ao recurso. Alega, em síntese, a impossibilidade de implantação de infraestrutura de rede de energia elétrica no imóvel por se tratar de loteamento totalmente irregular. Sustenta que a ANEEL, seu órgão fiscalizador, não autoriza a implantação de rede de energia elétrica a título gratuito, considerando a necessidade de realização de obras, as despesas financeiras e o enriquecimento ilícito do apelado. Assevera a responsabilidade do loteador de providenciar as obras de extensão de rede, arcando com o custeio das benfeitorias necessárias, conforme art. 480 da Resolução 1.000/2021 da ANEEL. Aponta a ausência de pressupostos para configurar a responsabilidade objetiva, e a responsabilidade do Estado e seus agentes pelo controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano. Defende a ilegalidade do pedido por imputar à concessionária a conta que deveria ser paga por quem vendeu o lote e o Município local, além de não existir previsão legal no mesmo sentido. Busca a improcedência do pedido.

Contrarrazões (fls. 1.433/1.442) pela manutenção da sentença.

Recurso tempestivo e preparado (fls. 1.443).

Não concedido o efeito suspensivo ao recurso em razão da ausência de relevância na fundamentação jurídica invocada.

Oposição ao julgamento virtual pela apelante (fls. 1.449).

É o relatório.

O contrato de fornecimento de energia elétrica configura relação de consumo, pois o autor é destinatário final de uma



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

atividade fornecida, por meio de remuneração, ao mercado de consumo, nos termos do que preceituam as normas constantes dos artigos 2º, *caput*, e 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor. Por isso, está o autor favorecido pela inversão do ônus da prova, diante da verossimilhança de suas alegações e de sua hipossuficiência, conforme preceitua a regra exposta no artigo 6º, VIII, do mesmo diploma legal.

Sendo assim, cabia à demandada demonstrar que não era a responsável pela instalação e fornecimento de energia elétrica ao imóvel, como insiste em seu recurso, o que não fez (art. 373, II, do CPC).

Não há dúvida de que o possuidor de imóvel, na condição de consumidor, faz jus à prestação do serviço essencial básico de energia elétrica e, no caso examinado, o demandante demonstrou ser possuidor de boa-fé do imóvel apontado na inicial por meio de declarações de três testemunhas (fls. 23/29).

O laudo pericial elaborado por perito de confiança do juízo (fls. 1.323/1.328) apontou que o imóvel está localizado em área de ocupação irregular da RFFSA – Rede Ferroviária Federal (Malha Sul), sob concessão da empresa Rumo, e não está devidamente desmembrado e nem tampouco registrado em cartório de imóveis. O perito também concluiu que não há impedimentos técnicos para a ligação de energia elétrica ao imóvel.

Dessa forma, as alegações de irregularidade no loteamento no qual o autor reside não podem, ao menos em princípio, obstar o direito daquele que de boa-fé mora no imóvel, de ter acesso a um serviço essencial, como o de fornecimento de energia elétrica, considerando sobretudo a ausência de impossibilidade técnica para a realização do serviço.

Além disso, a Resolução nº 414/2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que estabelece as condições

necessárias à instalação de rede de energia elétrica, não inclui a regularidade do registro imobiliário para o fornecimento de energia elétrica a pessoas físicas.

Como a apelante bem afirmou, a fiscalização sobre as ocupações e loteamentos irregulares não compete à concessionária prestadora do serviço de fornecimento de energia elétrica, mas, sim, ao ente público em que situado o terreno, assim como aos demais órgãos de controle e fiscalização.

Nesse sentido já julgou esta Corte:

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO DESPROVIDA. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. Ausência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 178 do Código de Processo Civil. Manifestação prévia do parquet sobre situação de Ação Civil Pública que não atraiu hipótese legal para atuar no feito, seja como parte, seja como custos legis. Interesse tratado nos autos puramente individual, com partes capazes tratando de direitos reconhecidamente disponíveis. Precedente da Corte. Nulidade afastada. CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO. Afasta-se a alegação de cerceamento de defesa. Desnecessária a dilação probatória, pois as alegações controvertidas foram devidamente esclarecidas pela prova documental, não tendo as demais provas pretendidas pela apelante o poder de trazer quaisquer esclarecimentos relevantes para solução do processo. Pedido de anulação de sentença rejeitado. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. NEGATIVA DE LIGAÇÃO. SERVIÇO ESSENCIAL. Autora que requereu à ré o fornecimento de energia elétrica em seu imóvel. Ré que, extrajudicialmente, atrelou a possibilidade de fornecimento de energia elétrica à apresentação de escritura do imóvel e apresentação do ITR e que, em juízo, afirmou ser impossível a ligação pretendida, em razão do imóvel encontrar-se em área irregular. Fornecimento do serviço de energia elétrica que é obrigação de natureza pessoal, e não propter rem. Inexistência de exigência legal para que a propriedade do imóvel seja considerada regular junto ao Poder Público para receber um serviço básico e essencial, bastando que a posse exercida seja mansa e sem oposição. A ausência de regularização do loteamento não serve de fundamento para recusa da concessionária do serviço público de fornecimento de energia elétrica no imóvel da autora, sob pena de ofensa ao direito fundamental à vida (art. 5º CF), ao direito social à saúde (art. 6º CF) e ao princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III CF). Autora que comprou a disponibilização do serviço a vizinhos,

inexistindo óbices para o fornecimento de energia elétrica em seu imóvel. Improcedência da Ação Civil Pública nº 0000235-63.2004.8.26.0539 que não possibilita reforma da sentença recorrida. Inaplicabilidade da Lei nº 6.766/79, vez que referido dispositivo legal não abrange imóveis inseridos em áreas rurais. Precedentes desta Turma julgadora e desta Egrégia Corte. Ação julgada procedente. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (TJSP; Apelação Cível 1002573-31.2020.8.26.0539; Relator: Alexandre David Malfatti; Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santa Cruz do Rio Pardo - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 24/04/2023; Data de Registro: 24/04/2023).

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA.

Ação de obrigação de fazer fundada em pleito de ligação de energia elétrica no imóvel da autora. Sentença de procedência. Irresignação da parte ré. Descabimento. Preliminares de nulidade processual por ausência de intervenção do Ministério Público e de cerceamento de defesa. Rejeição. Atuação do 'Parquet' como fiscal da ordem jurídica prescindível na hipótese, por versar a ação sobre relação de direitos disponíveis envolvendo partes capazes. Não configurada qualquer das hipóteses do art.178 do CPC. Controvérsia que dispensava a produção de outras provas, além das documentais já produzidas nos autos. Negativa de ligação do serviço público 'sub judice' sob o fundamento de que a área em que instalado o imóvel da autora situa-se em loteamento irregular. Inadmissibilidade. O fato de o loteamento ser irregular, por si só, não impede o fornecimento de eletricidade, se possível a regularização superveniente. Hipótese dos autos em que a possibilidade de regularização restou demonstrada pela própria sentença de procedência da Ação Civil Pública que tem por objeto o loteamento do imóvel 'sub judice', o qual tampouco fica em área de preservação permanente. Requerente que, ademais, logrou êxito em demonstrar que há fornecimento de eletricidade no mesmo loteamento irregular. Energia elétrica que é serviço essencial à dignidade da pessoa humana. Inexistente justificativa plausível para tolher a autora desse serviço. Precedentes deste E. Tribunal de Justiça. Sentença mantida. Aplicação do art.252 do RITJSP. Condenação em honorários advocatícios majorada para R\$1.500,00. Incidência da norma prevista no art.85, §11, do CPC. Recurso não provido, afastadas as preliminares. (TJSP; Apelação Cível 1002832-89.2021.8.26.0539; Relator: Walter Barone; Órgão Julgador: 24ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santa Cruz do Rio Pardo - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 31/08/2022; Data de Registro: 31/08/2022).

Quanto aos custos da obra, igualmente sem razão a apelante. Como afirmado pelo perito, o art. 507 da Resolução 1.000/2021 da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

ANEEL dispõe que a distribuidora é a responsável pelo custo das obras para o atendimento temporário dispostas no art. 506.

Já o art. 506 dispõe que a distribuidora *pode realizar o atendimento temporário de unidade consumidora localizada em núcleo ou assentamento, clandestino ou irregular, ocupado predominantemente por população de baixa renda.*

Diante do exposto, acertada a procedência do pedido, motivo pelo qual fica mantida.

Posto isso, **nego provimento** ao recurso, anotando que a alíquota dos honorários sucumbenciais fica majorada para 11% (artigo 85, § 11, do CPC).

MONTE SERRAT
Desembargador Relator